



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# Prefeitura Municipal de Dezesseis de Novembro

Capital Brasileira da Alfafa

RPPS – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CMP- Conselho Municipal de Previdência

FAPS – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES

Lei Municipal n. 1726/2005, de 30 de setembro de 2005.-



## RELATÓRIO TCE - ANO 2024

Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Dezesseis de Novembro.

Dados da Unidade Gestora:

Presidente Unidade Gestora: Bruna Maria da Silva Pedroso

Gestor: Ramão Luz de Medeiros

Rua Santo Antônio, 1245, Dezesseis de Novembro - RS, 97845-000– RS

Disponível no endereço <https://www.dezesseisdenovembro.rs.gov.br/>

E-mail: [conselhorpps16@gmail.com](mailto:conselhorpps16@gmail.com)

ÓRGÃOS COLEGIADOS – Lei Municipal nº 1.726 de 30/09/2005

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/DELIBERATIVO

| Nome                         | Função                                                                          | Formação        | Certificação    |
|------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Bruna Maria da Silva Pedroso | Rep. Legal Unidade Gestora/Membro Conselho Deliberativo                         | Pós-Graduação   | CP RPPS DIRIG I |
| José Luis Pozzobon Colbek    | Membro Conselho Deliberativo e Comitê de Investimentos                          | Ensino Médio    | CGRPPS          |
| Cintia Giordani de Melo      | Membro Conselho Deliberativo                                                    | Ensino Superior | -               |
| Marilei Sauerssig Machado    | Membro Conselho Deliberativo                                                    | Ensino Médio    | -               |
| Ramão Luz de Medeiros        | Gestor de Investimentos/ Membro Conselho Deliberativo e Comitê de Investimentos | Ensino Superior | CP RPPS CGINV I |
| Rodrigo Santiago de Melo     | Membro Conselho Deliberativo e Comitê de Investimentos                          | Pós-Graduação   | CGRPPS          |
| Simoni Diel Schneider        | Membro Conselho Deliberativo                                                    | Ensino Médio    | -               |
| Daniele Godois               | Membro Conselho Deliberativo                                                    | Superior        | -               |

## COMITÊ DE INVESTIMENTOS

| Nome                      | Função                                                                          | Formação        | Certificação       |
|---------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|-----------------|--------------------|
| Ramão Luz de Medeiros     | Gestor de Investimentos/ Membro Conselho Deliberativo e Comitê de Investimentos | Ensino Superior | CP RPPS<br>CGINV I |
| José Luis Pozzobon Colbek | Membro Conselho Deliberativo e Comitê de Investimentos                          | Ensino Médio    | CGRPPS             |
| Rodrigo Santiago de Melo  | Membro Conselho Deliberativo e Comitê de Investimentos                          | Pós-Graduação   | CGRPPS             |

## APRESENTAÇÃO

O Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Dezesseis de Novembro. Nossa entidade é responsável pela gestão dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão por morte dos servidores públicos municipais de Dezesseis de Novembro, observados os critérios estabelecidos na Lei Municipal nº 1.726 de 30/09/2005.

Sendo que a principal finalidade é a gestão dos recursos financeiros dos seus segurados para manutenção e pagamento de benefícios atuais e futuros e proporcionar aos seus segurados e dependentes o amparo da previdência social assegurada constitucionalmente aos servidores públicos.

No exercício em análise, a Unidade Gestora do RPPS, responsável pela administração, gerenciamento e a operacionalização do fundo previdenciário, incluindo a arrecadação e gestão de recursos, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios, bem como a sua fiscalização.

Ao longo do ano de 2024, foram realizadas diversas ações com servidores e comunidade.

## INTRODUÇÃO E OBJETIVO

Este relatório é elaborado com a finalidade de atender o disposto no art. 2º, inciso IV, letra "g", da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS.

## MÉTODO DE TRABALHO

Compilaram-se e consolidaram-se, aqui, relatórios já disponíveis em diversos locais

diferentes no sítio do Município de Dezesseis de Novembro - RS, link do <https://www.dezesseisdenovembro.rs.gov.br/>, na rede mundial de computadores.

Os dados apresentados neste Relatório referem-se ao encerramento do exercício financeiro de 2024, contemplando as normas exigidas na Resolução.

## DADOS DOS SEGURADOS E SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS

Apresenta-se a seguir o Relatório do Regime Próprio de Previdência Social dos Serv Púb de Dezesseis de Novembro - RS com dados referentes aos segurados.

Na tabela abaixo, presente na Avaliação Atuarial de 2024, estão as informações dos servidores vinculados ao RPPS de Dezesseis de Novembro até a data da realização do referido relatório.

O Fundo de Previdência Social do Município – FPSM – Dezesseis de Novembro possuía à época um contingente de 137 segurados, distribuídos entre ativos, inativos e pensionistas, conforme a seguir.

Tabela 4 – Estatísticas da População Coberta

| POPULAÇÃO COBERTA                     | QUANTIDADE |           | REMUNERAÇÃO MÉDIA |                 | IDADE MÉDIA |           |
|---------------------------------------|------------|-----------|-------------------|-----------------|-------------|-----------|
|                                       | Fem.       | Masc.     | Fem.              | Masc.           | Fem.        | Masc.     |
| <b>ATIVOS</b>                         | <b>39</b>  | <b>45</b> | <b>2.476,76</b>   | <b>2.827,95</b> | <b>44</b>   | <b>50</b> |
| Aposentados por Tempo de Contribuição | 24         | 4         | 3.333,18          | 3.079,82        | 63          | 70        |
| Aposentados por Idade                 | 1          | 2         | 1.212,00          | 1.675,45        | 66          | 73        |
| Aposentados Compulsoriamente          | 0          | 0         | 0,00              | 0,00            | 0           | 0         |
| Aposentadoria Especial Professor      | 8          | 0         | 4.432,38          | 0,00            | 53          | 0         |
| Outras aposentadorias Especiais       | 0          | 0         | 0,00              | 0,00            | 0           | 0         |
| Aposentados por Invalidez             | 1          | 5         | 2.001,34          | 1.753,82        | 36          | 61        |
| <b>PENSIONISTAS</b>                   | <b>4</b>   | <b>4</b>  | <b>1.508,35</b>   | <b>2.016,42</b> | <b>54</b>   | <b>48</b> |

Tabela da página 17 do Relatório de Avaliação Atuarial 2024

Gráfico 1 – Distribuição do Grupo

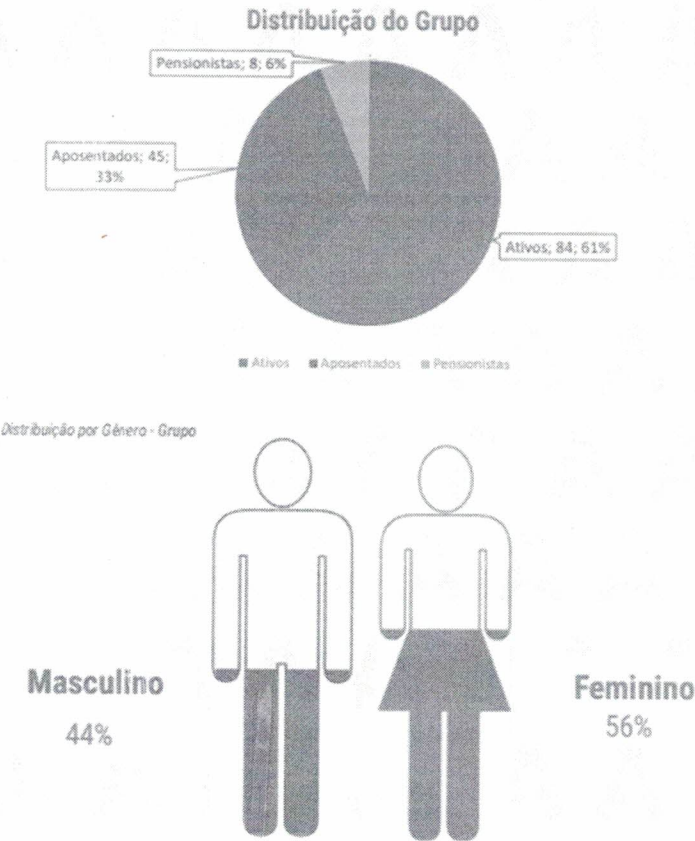


Gráfico da página 18 do Relatório de Avaliação Atuarial 2024

O gráfico 1 apresenta a distribuição dos servidores municipais ativos, pensionistas e aposentados, sendo que os ativos compõem o maior quadro percentual. O qual expressa, 61,31% do grupo dos segurados é composto pelos servidores ativos, seguido de 32,85% aposentados e 5,84% pensionistas. Dessa base, 43,80% são segurados do sexo masculino e 56,20% do sexo feminino.

DADOS DE RECEITAS E DESPESAS

Em atendimento ao art. 81 da Portaria MTP nº 1467, são considerados recursos previdenciários as contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS.

A execução financeira do RPPS, envolvendo as receitas arrecadadas e despesas realizadas assim se processou no exercício, 2024.

| RECEITA REALIZADA         |              |
|---------------------------|--------------|
| Receita Prevista          | 5.289.100,00 |
| Receita Arrecadada        | 4.116.134,37 |
| Percentual de Atingimento | 77.8229%     |

**DESPESA REALIZADA**

|                         |              |
|-------------------------|--------------|
| Despesa Autorizada      | 5.289.100,00 |
| Despesa Total Empenhada | 2.788.564,60 |
| Despesa Total Liquidada | 2.788.564,60 |
| Despesa Total Paga      | 2.788.466,85 |
| Restos a Pagar          | 97,75        |

**EQUILIBRIO FINANCEIRO  
RECEITAS REALIZADAS/DESPESAS EFETUADAS**

|                                     |              |
|-------------------------------------|--------------|
| SITUAÇÃO DE EQUILIBRIO              |              |
| - <b>SUPERÁVIT</b> RECEITAS/DESPESA | 1.327.569,77 |

**EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL**

O manual do pró-gestão determina que a avaliação atuarial deva conter:

- Custo previdenciário total;
- Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício;
- Evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial;
- Evolução do resultado relativo ao plano de custeio.

Estas informações são concedidas na Avaliação Atuarial e no Relatório de Gestão Atuarial.

As alíquotas de contribuição vigentes para o exercício de 2024, seguindo o Plano de Custeio definido pela avaliação atuarial e acatada pelo Conselho de Administração, foram definidas pela Lei Municipal nº 3.079/2020 e implementadas, seguindo à risca as orientações atuariais.

**PLANILHA DAS ALÍQUOTAS**

No tocante ao déficit, apurado na avaliação atuarial, foi efetivado plano de amortização na forma de alíquota suplementar de 31,60%, conforme permitido pela Portaria 1467/2022.

**PARCELAMENTOS**

O ente não possui uma dívida confessa para com o Regime Próprio e, portanto, o RPPS não é credor de valores frente ao ente.

**COMPREV**

De acordo com Lei Federal 9796/1999 e pelo Decreto nº 10.188/2019, que versa sobre a compensação previdenciária entre os regimes, os valores recebidos a título de compensação previdenciária do RPPS, discriminados na seguinte forma:

RGPS: R\$49.778,00

**GESTÃO DE INVESTIMENTOS**

O manual do pró-gestão determina que a gestão de investimentos deve abranger:

- Descrição detalhada dos ativos;
- Descrição detalhada dos investimentos;
- Descrição detalhada das aplicações financeiras.

A política de investimentos (PI) para o ano de 2024 foi APROVADA em 06/12/2023, previu que os recursos do RPPS devem ser aplicados conforme a Resolução CMN 4.963/2021 e Portaria MTP 1.467/2022, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Observada a legislação vigente, devem ser alocados, conforme as diretrizes definidas na Política de Investimentos, nos seguintes segmentos de aplicação: **renda fixa, renda variável e investimento no exterior.**

#### ESTRATÉGIAS DA PI DE 2024 APROVADAS FORAM:

| ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO    |                                                                                            |                           |                                 |                               |                                                           |                     |                     |                                                          |
|----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|---------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|----------------------------------------------------------|
| SEGMENTO                   | TIPO DE ATIVO                                                                              | LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN % | POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R\$) | POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (%) | ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE nºII |                     |                     | META DE RENTABILIDADE PARA O EXERCÍCIO POR TIPO DE ATIVO |
|                            |                                                                                            |                           |                                 |                               | LIMITE INFERIOR (%)                                       | ESTRATÉGIA ALVO (%) | LIMITE SUPERIOR (%) |                                                          |
| Renda Fixa                 | Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, a                    | 100,00                    | 0,00                            | 0,00                          | 0,00                                                      | 0,00                | 15,00               |                                                          |
| Renda Fixa                 | Fundos de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, b                       | 100,00                    | 15.250.998,98                   | 74,95                         | 0,00                                                      | 70,00               | 100,00              |                                                          |
| Renda Fixa                 | Fundos de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, I, c | 100,00                    | 0,00                            | 0,00                          | 0,00                                                      | 0,50                | 5,00                |                                                          |
| Renda Fixa                 | Fundos de Investimento em Renda Fixa - Geral - Art. 7º, II, a                              | 60,00                     | 4.149.948,04                    | 20,39                         | 0,00                                                      | 23,00               | 60,00               |                                                          |
| Renda Fixa                 | Fundos de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - Renda Fixa - Art. 7º, II, b           | 60,00                     | 0,00                            | 0,00                          | 0,00                                                      | 0,50                | 5,00                |                                                          |
| Renda Fixa                 | Ações de Renda Fixa Emitidas por Instituições Financeiras - Art. 7º, IV                    | 20,00                     | 0,00                            | 0,00                          | 0,00                                                      | 0,50                | 10,00               |                                                          |
| Renda Fixa                 | Fundos de Investimento em Renda Fixa - Crédito Privado - Art. 7º, V, b                     | 5,00                      | 0,00                            | 0,00                          | 0,00                                                      | 0,50                | 5,00                |                                                          |
| Renda Variável             | Fundos de Investimento em Ações - Art. 8º, I                                               | 30,00                     | 472.947,86                      | 2,32                          | 0,00                                                      | 1,50                | 10,00               |                                                          |
| Renda Variável             | Fundos de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - Renda Variável - Art. 8º, II          | 30,00                     | 0,00                            | 0,00                          | 0,00                                                      | 0,50                | 20,00               |                                                          |
| Investimentos no Exterior  | Fundos de Investimento - Investimento no Exterior - Art. 9º, I                             | 10,00                     | 0,00                            | 0,00                          | 0,00                                                      | 0,50                | 5,00                |                                                          |
| Investimentos no Exterior  | Fundos de Investimento em Ações - BDR Nivel I - Art. 9º, III                               | 10,00                     | 0,00                            | 0,00                          | 0,00                                                      | 0,50                | 5,00                |                                                          |
| Investimentos Estruturados | Fundos de Investimento Multimercado (FIM) - Art. 10, I                                     | 10,00                     | 475.723,39                      | 2,34                          | 0,00                                                      | 2,00                | 10,00               |                                                          |

Fonte: DPIN 2024 – CADPREV-WEB

file:///C:/Users/User/Downloads/DPIN\_20250226.pdf

RENDIMENTOS

O total de rendimentos apurados nas aplicações financeiras no exercício de 2024 foi de R\$ 1.495.346,65, conforme demonstrado na tabela abaixo.

| Fundos de Investimento                                     | RENTABILIDADE |                     |            |               |              |
|------------------------------------------------------------|---------------|---------------------|------------|---------------|--------------|
|                                                            | 12/2024 (%)   | Últimos 6 meses (%) | No ano (%) | 12/2024 (R\$) | ANO (R\$)    |
| BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA LP                         | 0,87%         | 5,40%               | 10,90%     | 18.510,57     | 152.975,27   |
| BANRISUL RPPS II FI RENDA FIXA                             | -0,46%        | 2,24%               | 4,26%      | -1.907,49     | 17.003,22    |
| BANRISUL SOBERANO FI RENDA FIXA SIMPLES LP                 | 0,83%         | 5,20%               | 10,49%     | 2.534,14      | 30.409,78    |
| BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO                     | 0,82%         | 4,84%               | 9,77%      | 32,58         | 294,34       |
| BB GOVERNANÇA FI AÇÕES PREVIDENCIÁRIO                      | -4,26%        | -3,27%              | -9,99%     | -4.463,99     | -11.144,10   |
| BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO    | -0,15%        | 2,88%               | 6,08%      | -3.268,23     | 175.966,04   |
| BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO     | -2,62%        | -1,48%              | -2,69%     | -4.890,27     | -5.018,99    |
| BB JUROS E MOEDAS FIC MULTIMERCADO LP                      | 0,70%         | 4,40%               | 8,19%      | 3.686,14      | 39.862,73    |
| BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP | 0,80%         | 5,36%               | 10,88%     | 17.504,93     | 135.985,24   |
| CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP              | 0,83%         | 5,38%               | 11,03%     | 12.595,32     | 32.509,16    |
| CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP     | -0,31%        | 2,63%               | 5,92%      | -5.549,99     | 181.594,10   |
| CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP       | -2,66%        | -1,51%              | -2,72%     | -43.460,70    | -37.002,06   |
| CAIXA BRASIL IMA-GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP   | -0,63%        | 2,45%               | 4,81%      | -4.439,35     | 53.856,04    |
| CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA        | 0,69%         | 4,64%               | 9,33%      | 6.552,24      | 96.676,65    |
| CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP             | 0,86%         | 5,35%               | 10,61%     | 33.341,23     | 331.625,80   |
| CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES         | -4,11%        | -2,38%              | -5,69%     | -17.785,98    | -25.039,61   |
| SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA                 | 0,86%         | 5,37%               | 10,88%     | 28.260,88     | 324.793,02   |
| Total:                                                     |               |                     |            | 37.252,00     | 1.495.346,65 |

Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica.

SALDO EM APLICAÇÕES AO FINAL DE 2024

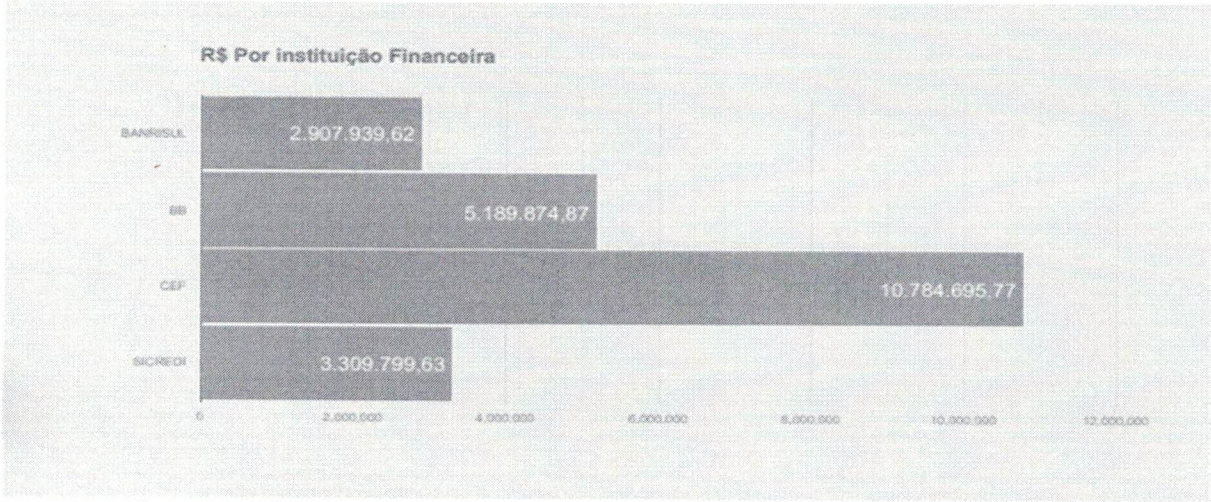
O montante total do capital investido do RPPS mais a disponibilidade financeira apurada na data de 31.12.2024 foi de R\$ 22.204.093,20 está investido nos fundos de investimentos e somado a C/C conforme:

| Composição da Carteira                                     | 12/2024       |        |
|------------------------------------------------------------|---------------|--------|
|                                                            | R\$           | %      |
| BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA LP                         | 2.190.564,30  | 9,87   |
| BANRISUL RPPS II FI RENDA FIXA                             | 416.276,55    | 1,88   |
| BANRISUL SOBERANO FI RENDA FIXA SIMPLES LP                 | 301.098,77    | 1,36   |
| BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO                     | 51,99         | 0,00   |
| BB GOVERNANÇA FI AÇÕES PREVIDENCIÁRIO                      | 100.429,08    | 0,45   |
| BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO    | 2.159.670,65  | 9,73   |
| BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO     | 181.829,54    | 0,82   |
| BB JUROS E MOEDAS FIC MULTIMERCADO LP                      | 526.732,12    | 2,37   |
| BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP | 2.221.161,49  | 10,01  |
| CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP              | 1.532.509,16  | 6,91   |
| CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP     | 1.791.978,43  | 8,07   |
| CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP       | 1.589.089,67  | 7,16   |
| CAIXA BRASIL IMA-GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP   | 575.296,65    | 2,59   |
| CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA        | 952.681,69    | 4,29   |
| CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP             | 3.928.295,11  | 17,70  |
| CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES         | 414.845,06    | 1,87   |
| SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA                 | 3.309.799,63  | 14,91  |
| Total:                                                     | 22.192.309,90 | 100,00 |

|                                                |               |
|------------------------------------------------|---------------|
| Disponibilidade em conta corrente:             | 11.783,30     |
| Montante total - Aplicações + Disponibilidade: | 22.204.093,20 |

Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica.

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA:



Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica

Vale ressaltar que TODAS as Instituições financeiras que o RPPS possui aplicações e que estão recebendo novos aportes do RPPS, constam na lista exaustiva do MPS (Ministério da Previdência Social).

META DA PI 2024

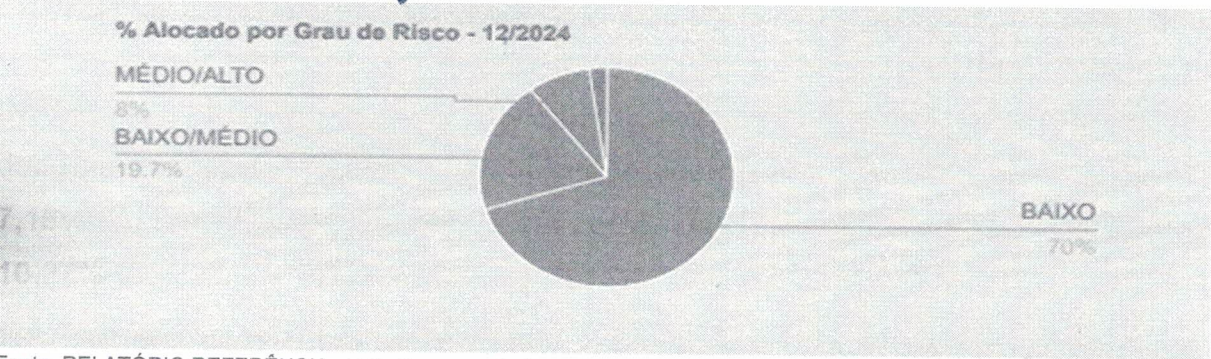
A meta atuarial da carteira de investimentos para o exercício de 2024, determinada na Política de Investimentos (PI), é composta por um índice mais uma taxa de juros, no exercício foi de **INPC + 5,25%**. O RPPS de DEZESSEIS DE NOVEMBRO, em 31.12.2024, obteve uma rentabilidade acumulada de **R\$ 1.495.346,65** o que equivale a 69,63% da meta da PI. O RPPS atingiu **7,15%** em rentabilidade acumulada em percentual, enquanto o objetivo (meta do exercício) foi de **10,27%**.

| MÊS BASE | RENTABILIDADE ACUMULADA |         | META         |         |           |
|----------|-------------------------|---------|--------------|---------|-----------|
|          | R\$                     | %       |              |         | % da Meta |
| 12/2024  | R\$ 1.495.346,65        | 7,1497% | INPC + 5,25% | 10,27 % | 69,63%    |

Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica.

RISCO DA CARTEIRA

Abaixo colocamos um gráfico de Risco da carteira de investimento, utilizando a medida de risco VaR (95%), sendo agregados os ativos de mesmo risco para mensurarmos a composição de risco do portfólio.



Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica

Os ativos se mantiverem ao longo do exercício de 2024 na maior parte em fundos de investimento com risco BAIXO e BAIXO/MÉDIO.

ENQUADRAMENTOS

Como já tratado anteriormente, a Política de Investimentos traz os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável, estruturados, fundos imobiliários, em consonância com a legislação vigente. Além desses limites, há vedações específicas que visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do RPPS.

São utilizados cenários projetados pelo mercado atual e futuro, bem como análises realizadas pela equipe da Consultoria Referência em conjunto com Comitê de investimentos. O documento em questão pode ser revisto ou alterado, de forma justificada, com objetivo de se adequar ao mercado ou à eventual alteração de Legislação.

Abaixo colocamos uma tabela com o enquadramento posição final do ano, conforme legislação vigente (Resolução CMN 4.963/2021):

| Enquadramento                        | Valor Aplicado (R\$) | % Aplicado | % Limite alvo | % Limite Superior | Status     |
|--------------------------------------|----------------------|------------|---------------|-------------------|------------|
| FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b" | 17.396.581,01        | 78,39%     | 70,00%        | 100,00%           | ENQUADRADO |
| FI Renda Fixa - Art. 7º, III, "a"    | 3.753.722,64         | 16,91%     | 23,00%        | 60,00%            | ENQUADRADO |
| FI Ações - Art. 8º, I                | 515.274,14           | 2,32%      | 1,50%         | 10,00%            | ENQUADRADO |
| Fundos Multimercados - Art. 10º, I   | 526.732,12           | 2,37%      | 2,00%         | 10,00%            | ENQUADRADO |
| Total:                               | 22.192.309,90        | 100,00%    | 96,50%        |                   |            |

Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica

Como podemos verificar todos os ativos em que o RPPS possui aplicação encontram-se devidamente enquadrados perante a legislação vigente, Resolução CMN 4.963/2021.

CONTROLE DAIR- ENQUADRAMENTOS

O envio do DAIR, que é um dos critérios para a emissão do CRP, deve ocorrer até o último dia de cada mês, relativamente às informações das aplicações do mês anterior, segundo o art. 241, inciso IV, alínea "b" da Portaria do MTP nº 1.467 de 2022. Todos os DAIR foram enviados no prazo, conforme demonstrado na tabela abaixo:

| Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos |                    |           |           |                            |                 |                     |                               |             |                   |
|-----------------------------------------------------------|--------------------|-----------|-----------|----------------------------|-----------------|---------------------|-------------------------------|-------------|-------------------|
| Ente                                                      | CNPJ do Ente       | Exercício | Mês       | Finalidade do DAIR         | Data de Posição | Data de Envio       | Notificação de Irregularidade | Retificação | Imprimir DAIR PDF |
| Dezesseis de Novembro                                     | 01.553.965/0001-01 | 2024      | Dezembro  | DAIR - Encerramento do Mês | 31/12/2024      | 29/01/2025 10:23:07 | Não                           |             |                   |
| Dezesseis de Novembro                                     | 01.553.965/0001-01 | 2024      | Novembro  | DAIR - Encerramento do Mês | 30/11/2024      | 23/12/2024 10:36:29 | Não                           |             |                   |
| Dezesseis de Novembro                                     | 01.553.965/0001-01 | 2024      | Outubro   | DAIR - Encerramento do Mês | 31/10/2024      | 29/11/2024 11:46:10 | Não                           |             |                   |
| Dezesseis de Novembro                                     | 01.553.965/0001-01 | 2024      | Setembro  | DAIR - Encerramento do Mês | 30/09/2024      | 22/10/2024 08:53:20 | Não                           |             |                   |
| Dezesseis de Novembro                                     | 01.553.965/0001-01 | 2024      | Agosto    | DAIR - Encerramento do Mês | 31/08/2024      | 26/09/2024 10:37:18 | Não                           |             |                   |
| Dezesseis de Novembro                                     | 01.553.965/0001-01 | 2024      | Julho     | DAIR - Encerramento do Mês | 31/07/2024      | 23/08/2024 15:32:20 | Não                           |             |                   |
| Dezesseis de Novembro                                     | 01.553.965/0001-01 | 2024      | Junho     | DAIR - Encerramento do Mês | 30/06/2024      | 12/07/2024 09:59:55 | Não                           |             |                   |
| Dezesseis de Novembro                                     | 01.553.965/0001-01 | 2024      | Maio      | DAIR - Encerramento do Mês | 31/05/2024      | 28/06/2024 08:39:02 | Não                           |             |                   |
| Dezesseis de Novembro                                     | 01.553.965/0001-01 | 2024      | Abril     | DAIR - Encerramento do Mês | 30/04/2024      | 24/05/2024 14:12:54 | Sim                           |             |                   |
| Dezesseis de Novembro                                     | 01.553.965/0001-01 | 2024      | Abril     | DAIR - Encerramento do Mês | 30/04/2024      | 23/05/2024 09:16:40 | Não                           |             |                   |
| Dezesseis de Novembro                                     | 01.553.965/0001-01 | 2024      | Março     | DAIR - Encerramento do Mês | 31/03/2024      | 17/04/2024 14:54:34 | Não                           |             |                   |
| Dezesseis de Novembro                                     | 01.553.965/0001-01 | 2024      | Fevereiro | DAIR - Encerramento do Mês | 29/02/2024      | 19/03/2024 10:19:19 | Não                           |             |                   |
| Dezesseis de Novembro                                     | 01.553.965/0001-01 | 2024      | Janeiro   | DAIR - Encerramento do Mês | 31/01/2024      | 28/02/2024 10:20:45 | Não                           |             |                   |

FONTE: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/dair/consultarDemonstrativos.xhtml>.

Em relação aos envios dos DAIR ao MPS, todos foram devidamente enviados. Vale ressaltar o mês de abril foi retificado e devidamente enviado em junho, devido a uma diferença de valores apurados nos extratos. Quanto ao CRP do ENTE, vale mencionar que se encontra em dia, como demonstrado abaixo.



**Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP**

Ente Federativo: Dezesseis de Novembro UF: RS  
CNPJ Principal: 91.553.966/0001-01

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA Nº 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

**FINALIDADE DO CERTIFICADO**

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



N.º 988429 -  
240079

EMITIDO EM 18/01/2025  
VÁLIDO ATÉ 17/07/2025

FONTE <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/pesquisarEnteCrp.xhtml>

## RESUMO DO MERCADO FINANCEIRO NO ANO DE 2024

O ano foi marcado por intensos debates sobre o direcionamento das políticas monetária e fiscal nas economias globais. A trajetória de desinflação observada ao longo do ano possibilitou que os bancos centrais das principais economias, como o Federal Reserve (EUA) e o Banco Central Europeu (BCE), adotassem posturas monetárias restritivas, embora com uma desaceleração no ritmo de elevação das taxas de juros. Apesar da desaceleração da inflação em diversas regiões, os índices inflacionários permaneceram acima das metas estabelecidas, o que manteve os investidores em uma postura cautelosa, atentos a possíveis ajustes nas estratégias monetárias. Em 2024, o Brasil vivenciou um cenário desafiador, com uma economia marcada por dificuldades fiscais, inflação persistente, altas taxas de juros e um contexto global turbulento. Para os investidores, o ano foi de volatilidade, com a busca por segurança em ativos de renda fixa. O aumento da Selic, as tensões fiscais e o cenário internacional complexo indicam que 2025 promete ser um ano ainda mais desafiador para os investimentos, exigindo uma abordagem cuidadosa e uma análise criteriosa das oportunidades e riscos no mercado financeiro.

Na China, a recuperação econômica apresentou um desempenho irregular. O país encontrou dificuldades para manter uma taxa de crescimento em torno de 5%, com o cenário sendo ainda mais desafiado pela imposição de tarifas comerciais pelos Estados Unidos, o que potencial-

mente agravaria o ritmo de crescimento. Diante disso, o governo chinês implementou estímulos pontuais, especialmente em setores considerados mais vulneráveis, como o imobiliário. O PIB do terceiro trimestre de 2024 apresentou um crescimento de 4,6%, ligeiramente superior às estimativas iniciais de 4,5%. No entanto, o crescimento continuou sendo desigual ao longo do ano, com a produção industrial superando o consumo interno e ampliando os riscos de deflação, especialmente em meio à crise do setor imobiliário e ao crescente endividamento dos governos locais.

Ná Zona do Euro, persistem as preocupações com o fraco crescimento econômico, exacerbadas por riscos geopolíticos e pressões sobre o comércio internacional. Em sua decisão mais recente, o BCE reduziu a taxa de juros em 0,25%, passando de 3,25% para 3,00%, marcando o quarto corte consecutivo no ano, sinalizando um esforço contínuo para convergir a inflação para a meta de 2%. Além disso, a região atravessou turbulências políticas. Na Alemanha, um voto de desconfiança no Congresso resultou na dissolução do governo liderado pelo Chanceler Olaf Scholz, que estava no cargo desde a saída de Angela Merkel. Na França, o Parlamento também aprovou um voto de desconfiança que derrubou o primeiro-ministro Gabriel Attal, dissolvendo seu governo. Após um breve período de incerteza, o presidente Emmanuel Macron nomeou François Bayrou para o cargo de primeiro-ministro, o qual teria que enfrentar um Congresso extremamente dividido e sem uma maioria clara, além de lidar com questões como o crescimento da dívida pública, orçamento e baixo crescimento econômico.

Nos Estados Unidos, os mercados reagiram positivamente à vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais, o que impulsionou as principais bolsas globais, como a New York Stock Exchange (NYSE) e o Nasdaq, a encerrarem o ano com ganhos expressivos. O foco agora está nas diretrizes futuras da política econômica do governo eleito, cuja estratégia em áreas como tarifas, política fiscal, imigração e geopolítica será determinante tanto para a economia americana quanto para a economia global, sendo uma premissa chave para a avaliação dos diferentes cenários e riscos prospectivos. A economia americana se manteve aquecida, com a primeira estimativa do PIB do terceiro trimestre de 2024 indicando um crescimento anualizado de 2,8% em relação ao segundo trimestre. Esse crescimento foi parcialmente impulsionado pela variação de estoques, com contribuições positivas também vindas do consumo das famílias e do consumo e investimento do governo. O principal relatório sobre o mercado de trabalho (Payroll) mostrou a criação líquida de 227 mil empregos em novembro, superando as expectativas de mercado. No entanto, a taxa de desemprego aumentou ligeiramente de 4,1% para 4,2% de outubro para novembro.

Ainda sobre os EUA, entrando especificamente no campo da política monetária, o Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) manteve os juros inalterados durante boa parte do ano, mas iniciou um ciclo de flexibilização monetária em setembro, com um corte de 0,50%, seguido por cortes adicionais de 0,25% nas reuniões de novembro e dezembro, reduzindo a taxa para o intervalo de 4,25% a 4,50% ao ano. Em seu comunicado, o comitê adotou um tom cauteloso, reconhecendo que o novo governo herdará um ambiente macroeconômico com pressões inflacionárias ainda não totalmente controladas, além da elevada probabilidade de que o presidente eleito cumprirá suas promessas de campanha.

No Brasil, o ano foi marcado por significativa turbulência política e econômica, com intensos embates entre o governo, o Congresso e os agentes do mercado financeiro. A escalada da taxa de câmbio fechou o ano em torno de R\$ 6,17/US\$, representando uma valorização de 27% do dólar em relação ao real, o pior desempenho desde 2020. Juntamente com o expressivo deslocamento da curva de juros para cima, esses movimentos refletem uma crescente preocupação com a trajetória da economia brasileira. Esse cenário foi, em parte, impulsionado pelo fortalecimento do dólar no cenário externo, com os Estados Unidos se mantendo como um grande polo de atração de capitais devido a taxas de juros relativamente elevadas e uma economia resiliente. No Brasil, o movimento de valorização do dólar foi amplificado por questões fiscais, especialmente após o governo apresentar um pacote de medidas para a contenção de gastos públicos da ordem de R\$ 30 bilhões no primeiro ano e R\$ 40 bilhões no segundo ano, além de propor a reforma tributária, com destaque para o aumento da faixa de isenção para R\$ 5.000,00 e a adoção de um imposto mínimo para as altas rendas. Embora as medidas de contenção de gastos tenham sido bem recebidas em termos de expectativas de economia fiscal, a reação do mercado foi negativa, com a taxa de câmbio se depreciando e as taxas de juros mais longas subindo. Mesmo com a aprovação das medidas pelo Congresso, o mercado permaneceu pessimista devido à aparente falta de apetite para enfrentar diretamente a trajetória insustentável das contas públicas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB brasileiro cresceu 0,9% no terceiro trimestre de 2024 em comparação com o período imediatamente anterior, impulsionado, entre outros fatores, pelo dinamismo do mercado de trabalho, com aumentos tanto na população ocupada quanto no rendimento médio real. O setor de serviços, especialmente nas áreas de Informação e Comunicação, e Atividades financeiras, apresentou desempenho positivo, contribuindo significativamente para esse crescimento. No entanto, a agropecuária registrou uma pequena queda de 0,9%, devido à perda de produtividade e quedas na produção de produtos como cana, milho e laranja.

Do ponto de vista da demanda, o consumo das famílias continuou crescendo, impulsionado pela melhora no mercado de trabalho e pelos programas de auxílio governamentais. O aumento nos investimentos, especialmente em bens de capital, software e construção, também foi um fator positivo. As últimas projeções de crescimento do PIB para 2024 indicam uma alta de 3,49%, conforme os dados mais recentes do Relatório Focus. A Inflação oficial do país fechou 2024 em 4,83%, puxada por alimentação, educação e saúde. Os alimentos têm sido, inclusive, o principal motivo do mau humor dos consumidores.

Em relação à política monetária, o Comitê de Política Monetária (COPOM) iniciou o ano com uma redução gradual da taxa Selic, que passou de 11,75% para 10,50% nas três primeiras reuniões do ano. No entanto, devido ao agravamento das incertezas externas e problemas de oferta relacionados a eventos como as enchentes no Rio Grande do Sul, o COPOM retornou com o ciclo de aperto monetário em setembro, elevando a taxa Selic em 0,25%. Com o aumento das preocupações fiscais no último trimestre, o comitê promoveu duas elevações adicionais de 1%,

levando a taxa para 12,25%. Esse cenário gerou expectativas de novas elevações em 2025, com a taxa projetada para 14,75%.

No mercado de renda fixa, o desempenho foi marcado por incertezas e aversão ao risco, que se intensificaram nos últimos meses do ano. Embora as expectativas iniciais de juros baixos não se concretizassem devido à deterioração das condições fiscais, o plano de redução de gastos do governo gerou reações negativas entre os investidores, consolidando a curva de juros em patamares elevados. Nesse contexto, os títulos de curto prazo se destacaram frente aos ativos de maior *duration*. O índice IMA-Geral, que expressa a rentabilidade dos títulos marcados a mercado, registrou uma variação positiva de 5,10% ao longo do ano.

Na renda variável, o ano de 2024 apresentou um desempenho negativo, com o índice Ibovespa registrando uma queda de 10,36%, o pior desempenho desde 2021. O índice fechou no vermelho em 8 dos 12 meses do ano, com a incerteza do mercado em relação à sustentabilidade da dívida pública, o ciclo de elevação da Selic e fatores externos, como o agravamento das tensões geopolíticas e a lenta recuperação da economia chinesa, impactando negativamente os resultados. Entre os poucos ativos que tiveram desempenho positivo, destacam-se Embraer e Marfrig, que subiram mais de 100% devido à desvalorização cambial.

CONCLUSÃO

A partir das considerações apresentadas, verifica-se que a Gestão do RPPS, juntamente com os membros do Comitê de Investimentos e Conselhos, atuou em parceria com a Consultoria para alcançar uma rentabilidade condizente com as condições do mercado financeiro. Além disso, ressalta-se que não houve desenquadramento em relação à legislação vigente.

É importante destacar que, em relação à meta estabelecida, o RPPS atingiu **69,63%** do seu objetivo, um resultado positivo, especialmente diante do cenário desafiador. Fatores como o desequilíbrio das contas públicas do Governo Federal, a cotação do dólar acima de seis reais e um novo ciclo de alta da SELIC trouxeram incertezas ao mercado. Além disso, o comportamento dos títulos públicos federais não correspondeu às expectativas, e o contexto econômico global também contribuiu para um ambiente de grande volatilidade.

DESPESAS DO RPPS

3.1 – DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS:

Os recursos do RPPS, conforme determina a legislação somente poderão ser disponibilizados para pagamento de benefícios de aposentadoria e pensões, onde podemos observar a evolução das despesas dos últimos anos.

| BENEFÍCIO     | 2019         | 2020         | 2021         | 2022         | 2023         | 2024         |
|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Aposentadoria | 1.066.509,84 | 1.490.317,86 | 1.673.293,58 | 1.816.721,36 | 2.104.868,32 | 2.439.425,11 |
| Pensão        | 100.500,14   | 146.514,78   | 133.417,31   | 219.539,97   | 189.153,66   | 225.108,74   |
| Total         | 1.167.009,98 | 1.636.832,64 | 1.806.710,89 | 2.036.261,33 | 2.294.021,98 | 2.664.533,85 |

Todas as despesas acima mencionadas, foram empenhadas, liquidadas e pagas no exercício de 2024.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

De acordo com o art.13 da Lei Municipal nº2.801 de 17/05/2016, o limite para as despesas administrativas do RPPS apurado com base no exercício financeiro anterior é de 2,00 %.

O valor utilizado efetivamente para as despesas administrativas de 2024 foi R\$ 80.030,87 Sendo que os valores foram mantidos em contas bancárias distintas dos demais recursos.

ACOMPANHAMENTO DA SUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Em atenção ao art. 40 CF/88; §1º, art. 2º da Lei nº 9.717/1998; §1º, art. 1º e art. 69 da LRF, e ao Ofício Circular DCF nº 03/2023, oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, sendo que o acompanhamento do resultado financeiro, deu-se analisando mensalmente as Receitas e despesas orçamentárias.

Para tal resultado considerou-se todos os valores arrecadados e para as despesas os empenhos liquidados no exercício financeiro de 2024.

A apuração ocorreu mensalmente, onde nota-se que houve durante todo o exercício *suficiência financeira ou insuficiência financeira*, conforme apurado pela Unidade Gestora conforme segue:

PLANO PREVIDENCIÁRIO:

| REFERÊNCIA/ANO  | RECEITAS ELEGÍVEIS | DESPESAS ELEGÍVEIS | RESULTADO APURADO |
|-----------------|--------------------|--------------------|-------------------|
| JANEIRO/2024    | 460.096,49         | 200.960,41         | 259.136,08        |
| FEVEREIRO/2024  | 343.958,17         | 204.579,11         | 139.379,06        |
| MARÇO/2024      | 338.524,23         | 204.396,08         | 134.128,15        |
| ABRIL/2024      | 208.040,33         | 209.103,51         | -1.063,18         |
| MAIO/2024       | 390.795,60         | 204.759,77         | 186.035,83        |
| JUNHO/2024      | 285.347,03         | 307.653,33         | -22.306,30        |
| JULHO/2024      | 447.011,20         | 214.766,91         | 232.244,29        |
| AGOSTO/2024     | 397.560,47         | 216.759,93         | 137.248,01        |
| SETEMBRO/2023   | 303.799,61         | 216.759,93         | 87.039,68         |
| OUTUBRO/2024    | 356.065,58         | 224.830,39         | 131.235,19        |
| NOVEMBRO/2024   | 321.911,62         | 215.393,79         | 106.517,83        |
| DEZEMBRO/2024   | 263.024,04         | 215.393,79         | 106.517,83        |
| RESULTADO FINAL | 4.116.134,37       | 2.788.564,60       | 1.327.569,77      |

GESTÃO DE PESSOAL

Por se tratar de um fundo contábil sem personalidade jurídica e não um instituto, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Dezesesseis de Novembro,

tem como pessoal atuante no Regime, o Gestor e os membros dos órgãos colegiados ~~entre~~ a tabela abaixo:

### TABELA GESTÃO DE PESSOAS

| Nome                         | Função                                                                             | Cargo de Origem/Concurso      | Ente                 | Vínculo |
|------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|----------------------|---------|
| Bruná Maria da Silva Pedroso | Presidente                                                                         | Agente Administrativo         | Prefeitura Municipal | Efetivo |
| José Luis Pozzobon Colbek    | Membro Conselho Deliberativo e Comitê de Investimentos                             | Agente Administrativo         | Prefeitura Municipal | Efetivo |
| Cintia Giordani de Melo      | Membro Conselho Deliberativo                                                       | Técnico Agrícola              | Prefeitura Municipal | Efetivo |
| Marilei Sauerssig Machado    | Membro Conselho Deliberativo                                                       | Agente Administrativo Inativo | Prefeitura Municipal | Efetivo |
| Ramão Luz de Medeiros        | Gestor de Investimentos/<br>Membro Conselho Deliberativo e Comitê de Investimentos | Técnico Contábil              | Prefeitura Municipal | Efetivo |
| Rodrigo Santiago de Melo     | Membro Conselho Deliberativo e Comitê de Investimentos                             | Agente Administrativo         | Prefeitura Municipal | Efetivo |
| Simoni Diel Schneider        | Membro Conselho Deliberativo                                                       | Fiscal                        | Prefeitura Municipal | Efetivo |
| Daniele Godois               | Membro Conselho Deliberativo                                                       | Servente                      | Câmara               | Efetivo |



- O art. 40 da Constituição Federal, ou seja, o caráter contributivo e solidário foi assegurado.

- Comparando receitas e despesas no exercício financeiro de 2024, observou-se um superávit na ordem de R\$1.327.569,77. Não sendo necessária adoção de práticas para sanar de acordo com recomendação do TCE através do Ofício DCF 03/2023.

- O ente vem cumprindo com todos os repasses mensais e integrais das contribuições a Unidade Gestora do RPPS.

- Quanto aos beneficiários, o RPPS, cobre única e exclusivamente aos servidores públicos titulares de cargo efetivo e seus dependentes.

- Os benefícios concedidos pelo RPPS estão sendo atendidos de acordo com a determinação da Lei, sendo eles aposentadorias e pensão por morte. Sendo que o pagamento dos benefícios ocorre de forma direta, mediante folha de pagamento, gerenciado pela Unidade Gestora atendendo assim o art. 71 da Portaria 1467/2022.

- O acesso a informações é garantido a todos os servidores, primando pela transparência de todos os atos que envolvam o RPPS, através de atendimentos ao protocolo, disponibilização em meios eletrônicos.

- Os registros contábeis foram realizados de acordo com as normas legais de forma distinta da contabilidade do Município, sendo que todas as demonstrações contábeis foram elaboradas e publicadas de acordo com o Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

À vista do relatório, o Conselho, é de parecer que as normas que regem a instituição e funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social, foram atendidas de forma tempestiva e cumpridas de acordo com as exigências legais.

Dezesseis de Novembro, 29 de março de 2025.

  
Bruna Maria da Silva Pedrosa

Presidente

  
Ramão Luz Medeiros  
Gestor de Investimentos

Membros do Conselho:

Bruno Maria Silva Barbosa

①

Jose Luis P. Collet

Rodrigo S. de Mota